



Presidência da República  
Secretaria-Geral  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**1ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 31 de maio de 2023  
Local: Microsoft Teams (remota)

1 **Boas-vindas e mesa de abertura da 1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2023 do**  
2 **Consea:** no dia 31 de maio de 2023, a reunião foi realizada de forma remota. A  
3 Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine, confirmou a existência de quórum na  
4 Plenária e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista, para os dias de  
5 trabalho. **Pauta Proposta:** Abertura, apresentação e aprovação da pauta; Informes da  
6 Caisan/MDS; Informes da Presidência do Consea; 6ª Conferência Nacional de SAN;  
7 Observadores do Consea para 2023: apresentação dos resultados da consulta remota  
8 assíncrona à Plenária; Informes da Secretaria-Executiva do Consea; Encerramento.  
9 **Ponto de Pauta: Abertura, apresentação e aprovação da pauta.** A Presidenta passou a  
10 palavra para a Sra. Maria Fernanda, Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da  
11 Presidência da República (SG/PR) para fazer a saudação inicial. A Sra. Maria Fernanda  
12 iniciou saudando a todos presentes na Plenária, comentou sobre sua indignação quanto  
13 ao Marco Temporal e relatou que, no dia anterior à Plenária, a Secretaria-Executiva da  
14 SG/PR recebeu 45 indígenas da etnia Pankararu, e informou sobre o andamento do  
15 processo de desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá (Pará), cuja decisão judicial  
16 não havia sido cumprida desde 2018. Comentou que no Governo Dilma tinha essa  
17 priorização, porém, foi rompida com o *impeachment* e, para ter um retorno, necessitam  
18 que haja o acúmulo de forças políticas para os processos que considerem prioritários.  
19 Relatou que, no dia 30 de maio de 2023, reuniram as lideranças da América Latina,  
20 devido à Cúpula Amazônica que reunirá oito presidentes e afirmou que este processo  
21 traz segurança e maior enraizamento em relação à democracia brasileira. Ressaltou o  
22 lema da 6ª Conferência Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional (6ª CNSAN),  
23 “erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”,  
24 afirmando que é um tema estupendo, de inspiração, de força e potência. Fez um  
25 chamado para votarem no PPA Participativo, explicou que cada pessoa tem direito a três  
26 votos, que na plataforma já existe mobilização de diversos segmentos e que a  
27 importância se dá pois assim o Governo verá a urgência e a necessidade da pauta mais  
28 votada. Reafirmou que o Ministro Márcio Macêdo não pode comparecer por conta de  
29 problemas de saúde, mas ele mandou saudações a todos os presentes na Plenária.  
30 Reforçou a importância da 6ª CNSAN e relembrou que a pauta número 1 do atual  
31 Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, é sua guerra contra a fome.  
32 Manifestou para a Sra. Elisabetta Recine e para a Sra. Marília Leão que a Secretaria-  
33 Executiva está à disposição para auxiliar, dando sustentação, e que buscará as condições  
34 para que a conferência aconteça da melhor forma possível. Completou expressando  
35 esperança de que a 6ª CNSAN representará um marco para a luta do atual governo.  
36 Passou a palavra para a Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine, que retornou à  
37 apresentação da pauta para aprovação, a qual foi aprovada e passou a palavra para a  
38 Sra. Valéria Burity, Secretária-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança  
39 Alimentar e Nutricional (Caisan) e Secretária Extraordinária do Combate à Fome do  
40 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Ponto de Pauta:**  
41 **Informes da Caisan/MDS.** A Sra. Valéria Burity iniciou sua fala saudando a todos  
42 presentes e, em seguida, demonstrou indignação em relação ao Marco Temporal.  
43 Relatou que a principal discussão atual da Caisan é o Plano Brasil Sem Fome (BSF),  
44 informou que iriam apresentar uma versão preliminar para validação dos ministérios  
45 que compõem o comitê gestor do BSF. Informou que irá fazer uma reunião com o  
46 Consea na sexta-feira da semana da Plenária e avaliou que seria mais pertinente que o  
47 BSF fosse lançado em julho de 2023, em uma reunião do pleno ministerial da Caisan.

48 Informou que na Caisan há dois grupos de trabalho (GTs) em funcionamento: um para  
49 elaborar uma estratégia de segurança alimentar e nutricional para as cidades,  
50 coordenado pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, pela Sra.  
51 Patrícia Gentil; o outro para trabalhar conflitos de interesse, coordenado pela Sra. Kelly  
52 Alves, do Ministério da Saúde. Anunciou que seria lançado outro GT para trabalhar com  
53 compras públicas da agricultura familiar, coordenado pelo Ministério do  
54 Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Posteriormente, informou sobre  
55 o Plano Plurianual, destacando que a Caisan está fazendo viagens estaduais  
56 acompanhando o Ministro Wellington Dias para mobilizar os estados para que  
57 organizem suas ações de combate à fome e possam futuramente aderir ao Plano Brasil  
58 Sem Fome. A Caisan também está fazendo o que intitularam de Diálogos do Sistema de  
59 Segurança Alimentar e Nutricional, que é um exercício para a construção dos fóruns de  
60 pactuação do Sisan. Duas reuniões ocorreram até o momento, sendo que a primeira foi  
61 um processo de escuta, em que participaram o Sr. Jean Pierre (Coordenador da CPCE),  
62 a Presidenta Elisabetta Recine e as Caisans e Conseas dos estados; o segundo foi para  
63 conversar com as Caisans estaduais. Justificou que esses diálogos também ajudam a  
64 entender melhor como estão as Caisans. Após os informes, passou a palavra para a Sra.  
65 Luiza Trabuco, Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão do Sisan, do MDS, explicar sobre  
66 o Plano Plurianual. A Sra. Luiza Trabuco explicou que, na segunda oficina, buscaram  
67 discutir um programa multisetorial de segurança alimentar e nutricional, e que este  
68 programa tem a perspectiva de dialogar com as diretrizes da Política Nacional de  
69 Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Foram propostos oito objetivos que  
70 dialogam com as diretrizes da PNSAN, com entregas apresentadas por ministérios como  
71 o MDS, o MDA, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Ciência e  
72 Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Igualdade  
73 Racial (MIR) e o Ministério das Mulheres (MMULHERES). Reforçou que, em paralelo, está  
74 acontecendo o PPA participativo, e que o programa de segurança alimentar e nutricional  
75 e combate à fome estava em primeiro lugar. Passou a palavra para a Presidenta do  
76 Consea. **Ponto de Pauta: Informes da Presidência do Consea.** A Sra. Elisabetta Recine  
77 retomou a palavra e fez informes a respeito de algumas manifestações que a Presidência  
78 do Consea tem feito em situações prioritárias, que vão além dos instrumentos densos  
79 do Consea. A Presidenta explicou que o Consea tem duas grandes formas de se  
80 manifestar: Recomendação e Exposição de Motivos. As exposições de motivo têm uma  
81 densidade técnica, teórica e propositiva, que normalmente saem de discussões de  
82 comissões permanentes ou a partir de alguma conjuntura que leva o Consea a se  
83 posicionar a respeito de algum tema da agenda. Apontou que as Exposições de Motivos  
84 são levadas para a Plenária, são amplamente discutidas, e quando aprovadas são  
85 dirigidas à Presidência da República e à Caisan para que as medidas propostas sejam  
86 analisadas. Já as Recomendações tratam de assuntos que têm uma delimitação maior e  
87 que também são dirigidas à Caisan e a seus diferentes componentes. Destacou que, no  
88 ritmo que as coisas estão acontecendo, quando demandam manifestações do Consea,  
89 a Presidência tem enviado alguns ofícios no lugar dessas ferramentas. O destinatário é  
90 alterado a depender do tema, sempre em diálogo com a Comissão Permanente (CP),  
91 e/ou com a Mesa Diretiva, que cuida do caso da CP que está mais ligada àquela agenda.  
92 Nesse aspecto, o Consea manifestou e contribuiu para que o MDA voltasse a compor a  
93 Câmara de Comércio Exterior (Camex). Manifestou preocupação em relação aos  
94 Guarani-Kaiowá para o Conselheiro Especial relacionado à Prevenção de Genocídio da

95 ONU, que fez uma missão no Brasil. Outra manifestação foi em relação à manutenção  
96 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no MDA. Também participou de uma  
97 audiência pública a respeito da Medida Provisória do Bolsa Família, que ocorreu no dia  
98 anterior à Plenária, e fez parte do lançamento da Frente Parlamentar de Segurança  
99 Alimentar e Nutricional, que agora é uma frente parlamentar mista, reunindo outra  
100 frente parlamentar que existia anteriormente, de combate à fome. O Consea participou  
101 também de audiência pública relacionada ao Projeto de Lei (PL) sobre Cozinhas  
102 Solidárias. Em relação à Reforma Tributária, no que diz respeito à questão da tributação  
103 de alimentos, existe hoje uma discussão importante: se vai ter uma alíquota única e a  
104 necessidade de diferenciar alimentos saudáveis e não saudáveis. Foi informado que a  
105 Secretaria está preparando um boletim informativo para atualização de suas ações.  
106 Informou que a Secretaria-Executiva do Consea continua com uma equipe muitíssimo  
107 aquém das necessidades e, à medida que o processo conferencial avança, essa  
108 insuficiência da equipe do Consea fica ainda mais grave. Assim, abriu-se uma chamada  
109 interna do Governo Federal para que servidores públicos que tenham o perfil do Consea  
110 manifestem seu interesse de vir para a Secretaria, e disse que ainda estava aberto. A  
111 equipe técnica conta com quatro profissionais, além da Sra. Marília Leão, que faz a  
112 coordenação-geral da Secretaria, e duas integrantes da equipe administrativa, a Sra.  
113 Patrícia e a Sra. July Silva, e também com o estagiário temporário da Universidade de  
114 Brasília, o estudante Heitor, porém continua sem equipe de comunicação. A Caisan  
115 também abriu uma chamada para ter uma consultoria específica relacionada à  
116 Conferência, que estava em processo de seleção. **Ponto de Pauta: 6ª Conferência**  
117 **Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Após o momento de informes, a  
118 Presidenta Elisabetta Recine relatou sobre a organização da 6ª CNSAN, e resgatou que,  
119 antes da primeira plenária, houve a instalação do Consea, depois foi feito um processo  
120 assíncrono de consulta e, então, a Comissão Organizadora teve insumos suficientes para  
121 fazer uma proposta de elaboração do lema e dos eixos, da ementa dos eixos e dos  
122 objetivos da CNSAN. Assim, o lema e os eixos foram colocados para análise do Plenário,  
123 que se manifestou. A Comissão Organizadora se debruçou novamente na proposta e  
124 chegou ao que a Presidenta Elisabetta Recine apresentou na Plenária como o lema, os  
125 objetivos e as diretrizes da 6ª CNSAN. Informou que iria ler o lema e os eixos e ao final  
126 da leitura abrir para manifestações e no máximo pequenos ajustes. Lema da  
127 Conferência: “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia  
128 e equidade”. Eixo 1: “Determinantes, estruturais e macro desafios para a soberania e  
129 segurança alimentar e nutricional”. Eixo 2: “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e  
130 Nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação  
131 adequada”. Eixo 3: “Democracia e participação social. Aprofundar e ampliar a  
132 democracia por meio da participação social, do fortalecimento de estratégias”. De cada  
133 eixo, foram lidos o enunciado e a ementa completa. Também foram lidos os objetivos,  
134 elaborados a partir de uma revisão dos objetivos das conferências anteriores e da  
135 Conferência Nacional de Saúde. A Sra. Elisabetta Recine explicou que foram  
136 identificadas as questões centrais que estavam presentes, tanto no lema quanto nos  
137 eixos temáticos, foi feita a revisão dos princípios e diretrizes da Lei Orgânica de  
138 Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), identificadas as perguntas a serem  
139 respondidas e os produtos esperados da 6ª CNSAN, os recados a serem dados para a  
140 sociedade, para o governo e, por fim, chegou-se à proposta de 3 objetivos por eixo, que  
141 foram lidos pela Presidenta. A Presidenta do Consea encerrou a leitura e abriu a palavra

142 para o Plenário fazer comentários. O Conselheiro Ubiraci Dantas (CP4) comentou sobre  
143 sua solidariedade e luta com relação à indignação ao Marco Temporal, disponibilizou-se  
144 para apoiar o Consea a derrotar tal questão no Senado Federal, informou ter articulação  
145 com o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos para articular uma grande  
146 frente. Sugeriu colocar em debate na 6<sup>a</sup> CNSAN a necessidade de uma política nacional  
147 de desenvolvimento, que garanta a segurança alimentar e nutricional para que o país  
148 saia definitivamente da linha da pobreza e da fome. Demonstrou entendimento de que,  
149 para isso, o país tem que ter dinheiro além de ter que reduzir as taxas de juros. A Sra.  
150 Melissa saudou a todos presentes na plenária, parabenizou o trabalho da Secretaria e  
151 da Comissão Organizadora. Observou uma questão de coerência em relação ao tema da  
152 agenda internacional, pontuando que o objetivo 3 não faz referência à agenda  
153 internacional. O conselheiro Rodrigo Fernandes Afonso (CP4) saudou a todos os  
154 presentes, parabenizou a equipe do Consea. Informou não ter encontrado o e-mail com  
155 os documentos e por conta disso teve dificuldade em acompanhar a leitura da  
156 Presidenta do Consea, pois são temas densos e complexos. Por conta disso, não  
157 conseguiu opinar sobre estar de acordo ou não. A Presidenta do Consea da Bahia e  
158 membra da CPCE, Sra. Débora Rodrigues, informou que recebeu o e-mail. Após isso,  
159 trouxe uma demanda da Bahia, demonstrando preocupação com os prazos, pois o  
160 estado tem que fazer as conferências estaduais e municipais até 10 de outubro. Informou  
161 que está com problemas de recurso, que influencia no processo de contratação por  
162 conta da demora. A Presidenta Elisabetta Recine respondeu à Sra. Débora Rodrigues  
163 dizendo que, quando a pauta estivesse no cronograma, avaliariam uma decisão coletiva  
164 na comissão organizadora. Passou a palavra para o Conselheiro Edgard Amaral (CP5),  
165 que saudou a todos presentes na Plenária e parabenizou a equipe do Consea. Reforçou  
166 a fala da Sra. Débora Rodrigues sobre o recebimento dos documentos e das  
167 contratações, dos prazos, da burocracia para fazer uma boa Conferência. Informou que  
168 precisam acompanhar os movimentos da Câmara e do Senado. Propôs discutir  
169 politicamente dentro do conselho a mobilização dentro da Conferência, para que seja  
170 mais politizada, trazendo para o debate os interesses do Consea e também junto ao  
171 Governo e à Câmara, manifestando o ativismo da segurança alimentar e nutricional. A  
172 Secretária Valéria Burity informou que recebeu o e-mail com os documentos, que fez  
173 reunião prévia à Plenária com o Pleno Executivo da Caisan e que, nessa reunião,  
174 participaram o Sr. Marcos Lopes e a Sra. Marília Leão representando o Consea. A  
175 Secretária Valéria Burity deixou aberto para manifestações e contribuições que tenham  
176 sentido e que não foram contempladas ou registradas. Parabenizou o lema e o tema, e  
177 reforçou a disponibilidade do MDS para auxílio da realização da Conferência. A  
178 Presidenta Elisabetta Recine informou que o Sr. Marcos reenviou o e-mail com os  
179 documentos para todos novamente e destacou que o período para manifestações seria  
180 até a segunda-feira seguinte às 12:00. Passou a palavra para a Sra. Rosa, Presidenta do  
181 Conseans do Pará e membra da CPCE, que informou que o tema e o lema da conferência  
182 estadual já estão estabelecidos. Disse que vai fazer uma adequação de acordo com as  
183 sugestões do Consea. Informou que marcará a Conferência estadual para o final de  
184 outubro após o Círio e que está ocorrendo a 4<sup>º</sup> Conferência além da segurança alimentar  
185 e assistência de direito do idoso. Informou também que além da Conferência estadual  
186 acontecerão as Conferências municipais. E a maior preocupação atual é sobre a data da  
187 Conferência estadual. A Sra. Regina Nogueira (Kota Mulanji), da CP7, demonstrou  
188 preocupação em relação à metodologia, pois há necessidade de atingir os objetivos e

189 acredita que existe uma necessidade de atuar na ponta, fazer debates reais com cada  
190 grupo, assim como ações que modifiquem o processo. Disse que sente que estão  
191 imobilizados com reuniões virtuais. Demonstrou satisfação com as inclusões e o fato de  
192 no lema ter o combate às iniquidades, garantir a democracia e o processo de ter comida  
193 de verdade. Propôs fazerem uma cartilha para que indicasse a ação na ponta. A  
194 Conselheira Leila Santana (CP3) reafirmou que, em 2023, o Conseia e o Governo  
195 conseguem gerir políticas e monitorar processos. Colocou estar preocupada mais com a  
196 retomada política de mobilização dos temas centrais. Gostaria de melhorar os canais de  
197 diálogos, devendo ser coletivos. Sugeriu construir uma unidade de políticas, talvez  
198 ideológica. Concordou com a Sra. Kota Mulanji, visto que é preciso fortalecer e  
199 centralizar o processo de mobilização ampla e coletiva. A Presidenta Elisabetta Recine  
200 reforçou que o Conseia está com uma equipe reduzida e, por isso, tem priorizado os  
201 compromissos fundamentais e que isso não é terceirizar os outros compromissos.  
202 Também informou que os documentos serão enviados para as/os Presidentes para  
203 sintetizarem sugestões até terça-feira. Reforçou a necessidade de trazer informações  
204 como as do PPA para dentro da Plenária. A Sra. Elisabetta Recine sugeriu alterar a pauta  
205 para apresentar a proposta de Conferências Nacionais Livres antes da proposta  
206 metodológica para definição de vagas e cotas. Explicou que outros Conselhos de  
207 políticas públicas utilizam a dinâmica de Conferências Livres nacionais, estaduais e  
208 regionais, que têm o objetivo de ampliar a participação para além dos sujeitos políticos  
209 e sociais, os quais têm uma participação institucional dentro do controle social. Além  
210 disso, temas abordados podem não ter a mesma viabilidade ou o aprofundamento que  
211 determinado grupo social considera importante. Assim, a Comissão Organizadora  
212 propôs estimular Conferências Livres de SAN. A ideia é que essas Conferências sejam  
213 autogestionadas, tenham regramento com processo de pré-inscrição para a comissão  
214 organizadora. Será necessário enviar número de participantes, definição de pauta,  
215 elaboração de propostas que vão chegar na Conferência Nacional e também eleição de  
216 delegados, proposta de proporcionalidade por número de participantes e,  
217 consequentemente, eleição de delegados. Informou que estes serão delegados que  
218 farão parte dos 2/3 da sociedade civil, não competindo com o processo de Conferências  
219 nos níveis locais, municipais, regionais, territoriais e estaduais. Colocou que ela também  
220 não compete com encontros temáticos e deu exemplos de possíveis Conferências Livres  
221 na agenda do Conseia, tais como pesquisa em soberania e segurança alimentar e  
222 nutricional, saúde e nutrição e segurança alimentar e nutricional, representativas de  
223 grupos populacionais ou de biomas etc. Enfim, Conferências Livres, porém pontuou que  
224 deve ter coerência dentro do lema, dos eixos e dos objetivos da nacional, com  
225 conformações distintas, e que estarão a cargo de sujeitos sociais que se motivem e que  
226 se mobilizem para poder fazer essa organização. Indicou que podem ser remotas ou  
227 presenciais, mas preferencialmente remotas, para unir pessoas de diferentes estados e  
228 regiões, de diferentes movimentos e isso também vai ser regrado. A elaboração do  
229 regulamento dessas Conferências está em andamento, sendo baseada tanto em  
230 documentos feitos pelo Ipea e pela CGU, como também em documentos da Conferência  
231 Nacional de Saúde. A Sra. Elisabetta Recine também informou que são diferentes das  
232 temáticas, por estas serem definidas na comissão organizadora, organizadas pela  
233 comissão permanente e pelos correspondentes da Caisan. Ou seja, diferente das  
234 Conferências Livres, que são processos autogestionados de coletivos e de grupos que se  
235 organizam para poder dar maior visibilidade a determinados temas. O Sr. Jean Pierre,

236 Coordenador da CPCE, reforçou a importância da inovação com as Conferencias Livres  
237 por conta de que o processo de participação será ampliado. Fez uma ressalva para ter  
238 ciência de quais pessoas estão se candidatando para delegados. A Sra. Elisabetta Recine  
239 frisou que a escolha dos delegados das Conferências estaduais faz parte dos processos  
240 de regimento e de definição local. Neste sentido, destacou que os estados têm  
241 processos distintos de escolha dos delegados governamentais, e que alguns estados, por  
242 exemplo, fazem a eleição no próprio momento da Conferência estadual, já outros  
243 estados delegam à Câmara Intersetorial para que ela apresente o seu conjunto de  
244 delegados estaduais de governo, e que acredita que os estados já estejam elaborando  
245 isso. Apontou que alguns vão manter regras já utilizadas, outros vão atualizar, mas do  
246 ponto de vista da Conferência Nacional o que importa é que os delegados saiam da  
247 Conferência Estadual – sejam eles da sociedade civil, sejam eles de governo –, que  
248 atendam ao regramento definido e aprovado pela Conferência Estadual para atuação  
249 como delegados nacionais, que são os delegados natos. Informou que haverá  
250 conselheiros nacionais da sociedade civil (titulares e suplentes), delegados e  
251 representantes do governo – definidos pela Caisan nos seus processos internos de  
252 discussão –, e que há uma cota de delegados do Governo Federal que amplia a  
253 participação dessa esfera. Por exemplo, no Ministério da Saúde, a Conselheira titular é  
254 a Ministra e o(a) Conselheiro(a) suplente é a representação de um setor do Ministério  
255 da Saúde, mas que certamente interessa à Conferência Nacional que outros setores do  
256 Ministério da Saúde estejam presentes, como a Secretaria de Saúde Indígena. Então,  
257 pontuou que é decisão da Caisan, dentro dos parâmetros de participação na agenda,  
258 que esses delegados do Governo Federal sejam definidos dentro dos processos da  
259 Caisan. Indicou que foi discutido na comissão organizadora que a característica da  
260 Conferência Nacional Livre é de ser um processo que se soma aos outros processos da  
261 Conferência, tendo uma representação que extrapola a representação estadual. Ou  
262 seja, se for exigido que os delegados que saiam da Conferência Livre passem pelo  
263 processo conferencial estadual, será criada uma complexidade que vai inviabilizar essa  
264 representação. Reforçou que as Conferências Livres nacionais não competem com o  
265 processo estadual, nem com o regional, nem com o municipal, pois elas se somam.  
266 Dentro do regramento, esses delegados chegam na Conferência Nacional com a  
267 legitimidade do processo de participação que tiveram. A Sra. Débora Rodrigues (CPCE)  
268 questionou se o estado pode deliberar sobre a possibilidade de fazer Conferências Livres  
269 estaduais e se fica a critério da própria comissão estadual. A Sra. Elisabetta Recine  
270 respondeu que é decisão do Conseia Estadual, que tem liberdade de tomar decisões  
271 internas no sentido de ampliar a participação diante da sua necessidade e realidade. O  
272 Sr. Rosemberg, Presidente do Conseia do Espírito Santo e membro da CPCE, afirmou que  
273 tem que ter um certo critério também para que essas Conferências não tirem as vagas  
274 de quem faz todo procedimento a nível estadual. A Sra. Elisabetta Recine respondeu que  
275 a Secretaria-Executiva do Conseia vai formular a metodologia de definição de delegados  
276 e que as Conferências Livres não entram na representação que vem do processo  
277 conferencial formal. A Sra. Irene, do Conseia de Santa Catarina e membra da CPCE,  
278 ressaltou que a iniciativa das Conferências Livres é importantíssima e que é um desafio,  
279 em função de o calendário oficial já estar apertado para as Conferências municipais e  
280 estaduais. A representante do Ministério da Saúde, Sra. Kelly Alves, questionou se as  
281 Conferencias Livres nacionais poderão ser propostas e realizadas pelo Governo. A Sra.  
282 Elisabetta Recine respondeu que não. Reforçou que não há um impedimento formal

283 para que o Governo estimule e participe das Conferências Livres, mas os delegados que  
284 saem das Conferências Livres são delegados da sociedade civil. A Sra. Rosana Gaspar, do  
285 Consea de São Paulo e membra da CPCE, informou que a Regional de São Paulo ocorrerá  
286 entre 15 e 31 de agosto. Questionou se foi definido que as cidades que não têm  
287 Conselho não vão poder participar das regionais e das estaduais consecutivamente, e se  
288 os municípios que não têm Consea municipal podem fazer Conferencias Livres. A Sra.  
289 Elisabetta Recine respondeu que não há exigência de haver Consea Municipal para  
290 participar de Conferências regionais e territoriais. Reforçou que essa orientação fica  
291 coerente devido ao número baixo de municípios aderidos ao Sisan. Para que, dessa  
292 forma, os territórios que não tenham representação (Conseas, Sisan) possam ser  
293 estimulados à adesão. A partir desse momento, a Secretaria-Executiva do Consea, Sra.  
294 Marília Leão, apresentou a proposta metodológica da definição de vagas e cotas para a  
295 6ª CNSAN. Informou que a Conferência tem um teto, número máximo de participação  
296 (2 mil pessoas, incluindo todos os delegados, as vagas de Conferência Livres e os  
297 convidados) por conta do espaço físico e dos recursos. Informou que o Governo está  
298 com impedimentos orçamentários, mas que prevê a necessidade de 10 milhões de reais  
299 e que, para isso, estão com o apoio da Caisan. Informou que a preocupação com a  
300 proporcionalidade de 1 terço de governo e 2 terços para sociedade civil foi exercitada  
301 com estatísticas matemáticas, que utilizou o modelo metodológico adotado na 4ª e na  
302 5ª CNSAN, com aprimoramentos. Aumentaram o número de delegados e explicou que  
303 um dos motivos para essa ampliação se refere às categorias com cotas. Foi garantido  
304 um valor mínimo para a população em geral e valores de ponderação para estados, para  
305 dar equidade aos valores finais. Além disso, ponderou-se os estados com maior  
306 gravidade de insegurança alimentar e nutricional, e a população negra do estado, com  
307 esses valores obtidos junto ao IBGE 2020, à VigiSan e à Rede PENSSAN. Foi proposta a  
308 garantia de equidade de gênero (50%) e abriu para sugestões. O Coordenador-Geral do  
309 Consea, Sr. Marcos Lopes, deu segmento e reforçou que o processo metodológico foi  
310 proveniente da 4ª e da 5ª CNSAN, onde a Secretaria-Executiva do Consea qualificou os  
311 dados para garantir a proporcionalidade com mais rigor metodológico e estatístico.  
312 Reforçou que a quantidade será de 2.000 participantes, sendo 1.752 delegados/as  
313 natos/as com direito à voz e a voto. Distribuição: 120 delegados natos, sendo 80  
314 conselheiros da sociedade civil e 40 conselheiros governamentais, ambos titulares e  
315 suplentes do Consea; 148 vagas de delegados das Conferências Livres da sociedade civil;  
316 74 representantes governamentais indicados pelo Governo Federal; 1400 delegados  
317 conferenciais estaduais e distrital; e 258 convidados nacionais, internacionais e  
318 observadores. Apresentou *slides*: emanam da quinta conferência o parágrafo 341 do  
319 relatório final, como segmentos populacionais a terem a participação reafirmada nas  
320 instâncias do Sisan, para formulação de dados utilizou-se também os dados da Fundação  
321 Palmares, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com  
322 Deficiência, Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, além dos  
323 mencionados pela Sra. Marília Leão. Relatou que houve apagamento de dados e que há  
324 fragilidade no censo sobre inquéritos populacionais. Trabalharam com 4 fatores: (i)  
325 Fator de igualdade, 25% das vagas totais dos delegados e delegadas federativos, aqueles  
326 que vêm das Conferências estaduais, são destinadas a um mínimo absoluto por estado  
327 para corrigir eventuais divergências ou discrepâncias populacionais e demográficas  
328 entre os estados; (ii) 25% dessas vagas serão destinadas à proporção da população em  
329 situação de insegurança alimentar (Insan) em cada um dos estados, sendo classificada

330 por ponderação (3 - Insan grave, 2 - média, 1 - leve), sendo que essa porcentagem foi  
331 ampliada em 4% quando comparada a 5<sup>a</sup> CNSAN; (iii) O segmento populacional mais  
332 representado é a população negra, em segundo os quilombolas e em terceiro os  
333 indígenas; (iv) Utilização de fator de arredondamento. Deste modo, 25% dessas vagas  
334 estão destinadas à proporção da população em situação de insegurança alimentar em  
335 cada um dos estados. A Presidenta Elisabetta Recine abriu a palavra para sugestões,  
336 dúvidas e comentários. A Conselheira Ana Lúcia Pereira (CP5) propôs reduzir o número  
337 de convidados e arredondar os dos estados, além de mencionar uma discrepância entre  
338 o número de delegados do *slide* e dos documentos, sendo uma diferença de 10 pessoas.  
339 O Sr. Rosemberg (CPCE) questionou se os Presidentes estão contabilizados como  
340 delegados natos. A Sra. Elisabetta Recine disse que sim e que isso está explicitado no  
341 regulamento. Comunicou que quando o cálculo estiver finalizado, checarão a base de  
342 dados e essa informação estará presente no caderno de orientações. A Conselheira  
343 Daniela Frozi (CP4) reforçou a importância do retorno do Consea, do fortalecimento do  
344 Sisan e da construção de compromissos assumidos nas Conferências municipais e  
345 estaduais que estejam em conformidade com todas as questões. O Sr. Edgard Amaral  
346 (CP5) reforçou que os estados devem ser motivados a ocupar as vagas de cotas, até  
347 mesmo por meio de busca ativa. Além disso, comentou sobre sua preocupação com a  
348 ocupação das cotas por outros grupos. A Presidenta Elisabetta Recine informou que  
349 colocou essa informação de forma explícita e repetidas vezes. Informou que existe uma  
350 regra histórica nas Conferências que é uma maneira também de impulsionar a  
351 superação desse desafio, dessa representação, e por isso a vaga não é ocupada e  
352 transferida para outros grupos. O conselheiro Irio Conti (CP1) sugeriu arredondar  
353 sempre para cima para nenhum grupo ficar prejudicado. A Presidenta Elisabetta Recine  
354 informou que todas as sugestões e comentários serão levados em consideração para o  
355 Caderno de Orientação. A Assessora do Consea, Sra. Priscila Bocchi, apresentou a  
356 estrutura do Caderno de Orientações. Informou que o documento aborda todo o  
357 processo conferencial, regulamentos, regras, delegados e conferências estaduais. Disse  
358 que alguns pontos serão definidos com a subcomissão de metodologia, reforçou que a  
359 data da 6<sup>a</sup> CNSAN será de 11 a 14 de dezembro de 2023, em Brasília. Informou que os  
360 Conselhos estaduais e do DF devem solicitar aos respectivos governos a convocação em  
361 instrumentos necessários para a realização da Conferência Estadual por meio de ato  
362 específico, até 15 de agosto. Colocou que as demandas relacionadas às Conferências,  
363 assim como as dúvidas, devem ser enviadas ao e-mail  
364 6conferenciasan@presidencia.gov.br. A Sra. Priscila Bocchi leu uma parte do  
365 documento: As Conferências estaduais e do DF realizadas entre 1º de janeiro de 2019 e  
366 31 de maio de 2023 deverão providenciar, a partir de processos participativos, uma  
367 atualização considerando o lema, os objetivos e os eixos temáticos aprovados pelo  
368 Consea Nacional relativos à 6<sup>a</sup> Conferência. Na mesma linha, deverão proceder à seleção  
369 dos delegados que deverão representar a sociedade civil na etapa nacional da 6<sup>a</sup>  
370 Conferência (11 a 14 de dezembro de 2023). Assim, sugere-se que os estados que se  
371 encontram nesta situação realizem uma Conferência +1, ou +2, ou +3 anos, para realizar  
372 estas etapas. Podem decidir também pela realização de uma nova Conferência. Em  
373 ambos os casos, é imprescindível o cumprimento de prazos e dos critérios de escolha de  
374 delegados(as) estabelecidos neste caderno. O estado deverá realizar um evento para  
375 fazer uma atualização, tanto dos conteúdos quanto para a escolha dos delegados, e será  
376 enviado um documento de referência aos estados e a ideia é que ele seja enviado até

377 30 de junho de 2023, data que será articulada com a subcomissão de conteúdo e  
378 metodologia. Comentou que a ideia é que sejam chamados todos os segmentos,  
379 principalmente os mais vulnerabilizados, com uma metodologia que permita ampla  
380 participação, que tenha jovens, mulheres, população negra, povos indígenas, ou seja,  
381 que seja bem representativa de todos os segmentos. E que tenha metodologia que  
382 favoreça a leitura crítica propositiva, que os espaços também sejam espaços de  
383 formação e de aprofundamento de conceitos. Colocou que os produtos finais das  
384 Conferências são um relatório final e uma carta política endereçada ao Governo  
385 Estadual, e que o Consea fará um modelo deste documento provavelmente até 15 de  
386 julho de 2023. Pontuou que os Conseas estaduais devem informar ao Consea Nacional  
387 quando estipularem as datas das Conferências. Informou que no Caderno de Orientação  
388 estão os documentos que terão que ser enviados em até 10 dias após a Conferência  
389 estadual, municipal e livre nacional. A Presidenta Elisabetta Recine abriu espaço para  
390 comentários e exposição de dúvidas. O Sr. Jean Marie (CPCE) questionou quais recursos  
391 financeiros cabem ao Consea Nacional financiar. A Sra. Elisabetta Recine respondeu que  
392 os estados são responsáveis pelo financiamento das suas ações e que a Conferência  
393 Nacional é responsável por trazer os delegados da sociedade civil para Brasília em  
394 dezembro. Completou dizendo que os delegados dos governos estaduais são de  
395 responsabilidade dos seus respectivos governos. A Sra. Rosana Gaspar (CPCE)  
396 apresentou dúvida em relação à data da Conferência Regional, pois estipulou que a de  
397 São Paulo será no período de 18 a 31 de agosto, e questionou se não compromete o  
398 calendário da nacional. Também apresentou dúvida em relação aos representantes  
399 natos, se o titular e vice têm acentos natos dentro da CNSAN, e questionou se terá mais  
400 vagas para os encontros municipais. A Sra. Elisabetta Recine respondeu que o único  
401 delegado nato das Conferências estaduais é o Presidente ou a Presidenta de Consea  
402 estadual, pois há Conseas estaduais que têm vice e outros que não têm, então cabe à  
403 Conferência Estadual determinar a composição ou os processos de definição dos seus  
404 delegados para a Conferência Nacional. A Conselheira Mazé (CP3) questionou se nas  
405 Conferências Livres só o titular é nato ou o suplente também é considerado. A Sra.  
406 Elisabetta Recine respondeu que as Conferências Livres são de âmbito nacional e  
407 explicou que os dois são considerados delegados. O Sr. Irio Conti (CP1) sugeriu ter um  
408 modelo de relatório com orientações, pois não existe uma equipe grande de  
409 sistematização para existir padronização. A Sra. Elisabetta Recine informou que está  
410 previsto mandar esse modelo para facilitar o processo, estimular o poder de síntese e  
411 ter elementos comuns. Finalizou reforçando os encaminhamentos, sinalizando que a  
412 Sra. Priscila Bocchi irá fazer a versão final para revisão do caderno de orientações e  
413 mandar para a subcomissão até meados da próxima semana. **Ponto de Pauta: Informes**  
414 **da Secretaria-Executiva do Consea.** Os informes da Secretaria-Executiva do Consea  
415 foram trazidos pela Presidenta Elisabetta Recine, que apresentou o cronograma das  
416 Conferências municipais ou regionais ou territoriais, que devem ocorrer até dia 30 de  
417 agosto; as Conferências estaduais e do Distrito Federal devem ocorrem até o dia 30 de  
418 outubro; as Conferências Livres também ocorrem até o dia 30 de outubro; os Encontros  
419 Temáticos até 30 de outubro; e a Conferência Nacional de 11 a 14 de dezembro. As  
420 senhoras Débora e Rosa, ambas da CPCE, fizeram saudações e agradecimentos à equipe  
421 do Consea Nacional. **Ponto de Pauta: Encerramento.** Como resultado dos trabalhos  
422 dessa sessão plenária, teve-se a definição das datas da 6ª Conferência Nacional de  
423 Segurança Alimentar e Nutricional, prevista para ser realizada entre os dias 11 e 14 de

424 dezembro de 2023; e, também, obteve-se o resultado final e a homologação da lista de  
425 observadores do Consea. Encerrada a 1<sup>a</sup> Reunião Plenária Extraordinária de 2023, eu,  
426 Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Documento assinado digitalmente



MARILIA MENDONCA LEAO  
Data: 27/12/2024 11:46:06-0300  
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Marília Mendonça Leão  
Secretária-Executiva  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.**